

CIDADE ECOLÓGICA: POLÍTICAS DE CRIAÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS

Eliane Harumi Sakamoto

Arquiteta e urbanista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, PUCPR

Carlos Hardt

Arquiteto e urbanista; Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento (multidisciplinar), UFPR, 2004; Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, PUCPR

Denis Alcides Rezende

Administrador; Mestre em Informática, UFPR, 1999; Doutor em Engenharia de Produção (Gestão da Tecnologia de Informação), UFSC, 2002; Pós-Doutorando em Administração, USP; Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, PUCPR.

RESUMO

O presente artigo pretende identificar as políticas de criação de áreas verdes urbanas e a sua relação com a criação da imagem da cidade. Isto se deu por meio da pesquisa de estudo de caso, através de documentos, bibliografia e entrevista. A cidade analisada foi consagrada em conferências internacionais como modelo de planejamento urbano preocupado com a ecologia e meio ambiente. Esta foi a estratégia utilizada pela cidade-objeto, como forma de se inserir no contexto mundial, atraindo novos investimentos e adquirindo uma posição de destaque no que diz respeito ao seu planejamento municipal.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo identificar as políticas públicas ambientais relacionadas às áreas verdes do município-objeto, como forma de efetivar as estratégias de criação da imagem da cidade. Este município adotou estratégias de planejamento visando a construção de uma imagem de 'Cidade Ecológica'. Para tanto, as políticas ambientais que derivam destas estratégias adquirem um papel fundamental no processo. A relação entre estas estratégias e as políticas públicas ambientais relacionadas com a criação de áreas verdes na cidade é objeto deste artigo.

O município em questão foi premiado na Conferência da Organização das Nações Unidas realizada no Rio de Janeiro, a ECO-92, como modelo de planejamento urbano e como 'Cidade Ecológica'. Este fato comprova a preocupação em se construir uma imagem de cidade, afinal, no mundo atual, a competitividade atinge também as cidades, em escala internacional. (LOPES, 1998:50).

PLANEJAMENTO URBANO

Segundo Sachs (apud MENEZES, 1996), o planejamento pode ser traduzido como instrumento para harmonizar a equidade social, sustentabilidade ecológica, eficácia econômica, aceitabilidade cultural e distribuição espacial equilibrada das atividades e dos assentamentos humanos. Em termos territoriais, o planejamento deve orientar a localização das atividades e ordenar o uso dos recursos naturais para a continuidade da expansão econômica e busca da qualidade de vida. (MENEZES,op.cit.).

No entanto, o que acontece na atualidade é o que Smolka (1995) chama de 'Teoria do Bolo': primeiro crescer para depois distribuir. É por isso que Maricato (2000) afirma que a teoria do planejamento urbano, representado pela legislação, não condiz com a produção do espaço real. Ainda citando Maricato, o planejamento estratégico considera o eleitor como consumidor e a mercadoria é a imagem da cidade. Menezes (op.cit.) ainda demonstra esperança quando diz que "A urbanização não é um mal em si" (1996:14). Apoiando esta idéia, Jacobs (2000) sugere que o planejamento urbano deveria utilizar as experiências reais das cidades e, através da análise dos resultados obtidos com certas ações, aprender para poder formular soluções contemporâneas que sejam efetivas. E assim, utilizar instrumentos de gestão para efetivar este planejamento.

POLÍTICAS AMBIENTAIS

O planejamento urbano e as políticas públicas estão intimamente ligados, tal qual afirma Lopes (1998:71): 'É preciso entender que o planejamento é um processo político, e as ações estratégicas não são só cientificamente ou tecnicamente corretas, mas também politicamente apropriadas". Sendo política uma palavra que se refere diretamente à *pólis*, segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992:954), pode-se dizer que a política, desta forma, torna-se uma destas ferramentas para a efetivação do planejamento e gestão urbanos.

A política é uma forma de intervenção na sociedade orientada para promover o bem-estar de segmentos sociais, principalmente os mais destituídos, devendo ser um mecanismo de equidade social (SILVA, 2001:38ss). Para sua elaboração, começa-se por elencar os problemas que chamam a atenção do governo e que se podem transformar em questão social para, assim, transformar-se em política.

Segundo Frey (2001:223), há quatro formas de políticas, classificadas de acordo com seu caráter. As políticas distributivas são destinadas a um público amplo, com um benefício relativamente pequeno, marcadas pelo baixo grau de conflito. Já as redistributivas são polarizadas e, portanto, acabam por gerar muitos conflitos. As regulatórias são as ordens e proibições, que regulam a sociedade. As constitutivas seriam o 'ambiente' em que as políticas são negociadas, regulando-as. Há grupos de cientistas políticos que defendem que este tipo de políticas colocaria "ordem no caos" vivido pelos países em desenvolvimento.

As políticas ambientais relacionadas com as áreas verdes se enquadram nas políticas distributivas. Ainda, segundo documentos da Prefeitura Municipal, em sua avaliação de políticas públicas (PREFEITURA DE CURITIBA, 2005), no caso de Curitiba, as relacionadas às áreas verdes podem ser classificadas como pontuais, por serem empreendidas de modo específico no meio urbano. Além disso, vale ressaltar que Curitiba procedeu à prática do Urbanismo Ecológico, na qual o homem é parte da natureza e a cidade é um ente orgânico (IPPUC, 1992).

ECOLOGIA DAS CIDADES

Ao se remeter à questão ecológica das cidades, há que se remeter ao conceito de Ecologia, que, segundo Odum (1976), em seu sentido literal, é o estudo da relação dos organismos (ou grupos de organismos) com seus meios ambientes. Sendo assim, o ecossistema é definido como a unidade funcional básica da ecologia, incluindo o meio ambiente biótico e o abiótico, que se influenciam reciprocamente e que são necessários para a manutenção da vida tal como existe na Terra.

Porém, como "As cidades são a expressão máxima do impacto do ser humano sobre a natureza." (ANDRADE, 2001:20), não se pode mais tratar a ecologia e a questão ambiental sem considerar a ação antrópica. Desta forma, Drew (1998) insere o homem na natureza, não como dominante, mas como um componente do ecossistema geográfico. Sendo assim, o meio ambiente urbano é a interação entre o sistema natural e o sistema cultural (ANDRADE, 2001). Ainda, tem-se a cidade como um ecossistema, com todas as suas complexidades e relações (ODUM apud FRANCO, op. cit.). Andrade (2003) realça esta idéia colocando os aglomerados urbanos como ecossistemas complexos, com um metabolismo próprio, interagindo o intercâmbio de matéria, energia e informação no assentamento urbano, num contexto geográfico.

A ecologia adentra o conceito de desenvolvimento urbano, significando uma inovação no pensamento atual. Franco (2001:157) traz o conceito de Ecodesenvolvimento: "desenvolvimento baseado na potencialidade de um ecossistema, levando em conta a participação da população local, a redução de desperdícios e a reciclagem de resíduos". Isto também pode ser relacionado com os vários conceitos de desenvolvimento sustentável. Afinal, defende o uso dos recursos naturais dentro de sua capacidade de carga. Aprofundando esta questão, pode-se dizer que desenvolvimento urbano sustentável é a idéia de modernização com sustentabilidade ecológica das cidades. (SOUZA, op.cit.). Ainda, tem-se que o desenvolvimento sustentável é um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta (LEFF, 2001 apud REZENDE, 2004).

Assim, entende-se que a ecologia urbana passou a fazer parte do cotidiano urbano. Tem-se que, além da questão ecológica, o ambiente natural de uma cidade e sua forma urbana, tomados em conjunto, compreendem um registro da interação entre os processos naturais e os propósitos humanos através do tempo. Juntos, contribuem para a identidade única de cada cidade (SPIRN, 1995). Para a construção desta identidade, muitas administrações públicas abrem mão dos marcos referenciais urbanos. Segundo Lynch (1997), os marcos referenciais se destacam pelo contraste com os outros elementos do conjunto. Uma das funções dos marcos referenciais urbanos é a relação com a qualidade urbana. (ANDRADE, 2001). A identidade advém da afirmação de Lynch (op.cit.): "Uma boa imagem ambiental oferece a seu possuidor

um importante sentimento de segurança emocional." (1997:.5). Neste sentido, Vainer (1999) traz o planejamento estratégico para recriar a imagem urbana como forma de atração de investimentos.

ÁREAS VERDES

Vários autores discutem o conceito de áreas verdes, o que acaba por tornar-se, de certa forma, um tema polêmico. Há quem diga que áreas verdes são aquelas em que há o predomínio de vegetação arbórea. (LIMA et all apud GUZZO). Porém, para os dias atuais, no meio urbano, prender-se à existência de vegetação de porte torna-se insuficiente. Milano (1995) define de modo mais abrangente ao dizer que áreas verdes são as que dizem respeito às áreas livres na cidade com características predominantemente naturais, independente do porte da vegetação. São várias as finalidades das áreas verdes e vários autores discorrem sobre este item. No entanto, apesar das diferenças na conceituação, todos convergem ao mesmo ponto: as áreas verdes como busca da qualidade de vida urbana. Neste ponto, Menezes (1996) afirma que as áreas verdes urbanas têm a finalidade de melhoria da qualidade de vida, contribuindo para isto de várias formas, como o uso como área de lazer, para preservação ambiental, encontros sociais, construção da paisagem urbana, disciplinarização do uso e ocupação do solo, valorização imobiliária, equilíbrio climático, exploração turística, entre outros.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Este artigo aborda o planejamento de áreas verdes, com análise do fato atual, através de documentos, bibliografia, entrevista e observações, tendo sido utilizado a pesquisa por meio de estudo de caso.

O estudo de caso é estratégico, segundo Yin (1994:1), quando se trata de pesquisa sociológica e quando se pretende investigar o 'como' e 'porquê'.

CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE-OBJETO

Curitiba localiza-se a aproximadamente 100 km do litoral sul do Brasil, em um altiplano a 934 metros do nível do mar. Situa-se na faixa de clima temperado, com temperatura média de 21°C no verão e 13°C no inverno, configurando-se a capital mais fria do país.

Em uma área de 430,9 km² de extensão, abriga a população de 1.757.904 habitantes, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (2005). A sua população é formada por imigrantes de vários países, o que torna a cultura local e o desenho urbano ricos. O desenvolvimento econômico desta cidade foi pensado de tal modo a valorizar o meio ambiente e a promover a qualidade de vida aos seus cidadãos. Atualmente, tem sido apontada como modelo de planejamento em conferências internacionais.

O município-objeto tem sua estrutura administrativa organizada em unidades da administração direta, sendo de deliberação, de assessoramento e as Secretarias Municipais (CURITIBA, 1991). Estas últimas são órgãos de primeiro nível hierárquico, para o planejamento, comando, coordenação, fiscalização, execução, controle e orientação normativa da ação do Poder Executivo. E estão classificadas em natureza meio e natureza fim. Neste contexto, tem-se a Secretaria de Meio Ambiente, um órgão de natureza fim, que, dentre as suas várias atribuições, tem por

responsabilidade proteger as áreas verdes urbanas, incluindo o planejamento destas áreas, pesquisas referentes à fauna e flora, fiscalização e manutenção de praças e parques. Esta Secretaria tem grande importância para o município, já que este admite como tarefa essencial para a garantia do convívio saudável dos habitantes com sua cidade a conservação na natureza no meio urbano.

POLÍTICAS DE CRIAÇÃO DE ÁREAS VERDES URBANAS

O modo como o planejamento desta cidade priorizou a questão ambiental e ecológica ressalta a influência da globalização sobre a cidade. Isto é, as mudanças impulsionadas pelo fenômeno da globalização afetam o mundo econômico e “a produção do espaço urbano e atingem diretamente a formulação e legitimação de paradigmas nas políticas urbanas”(SANCHÉZ, 2001, p. 31). Ainda, como afirmou Singer (1983), o desenho da cidade é determinado pelo modo de produção, ou melhor, o espaço urbano reflete as mudanças econômicas e sociais que decorrem no mundo.

Desta forma, o município procedeu à elaboração de políticas urbanas que criaram a imagem de “Capital Ecológica”, sendo reconhecida como tal na Conferência da Terra, realizada em 1992, quando apresentou o número de 55 m² de área verde por habitante. E, desde então, tem em seus parques e bosques os principais cartões postais da cidade.

A criação destas áreas teve como estratégia a conservação, revegetação e arborização da cidade. O município possui, atualmente, 16 parques, 13 bosques, 429 praças, 346 jardinetes, 52 largos, 11 núcleos ambientais, 14 eixos de animação e 6 jardins ambientais, perfazendo um total de 22,3 milhões de áreas verdes (CURITIBA, 2000).

Os parques municipais contribuem para a manutenção do microclima, ajudam na estabilidade do solo, proporcionam o equilíbrio hídrico e reduzem a poluição atmosférica. Além disso, tem-se a utilização destes espaços para o lazer, esporte, promoção da cultura, da saúde e da educação.

Alguns parques possuem certas peculiaridades. Por exemplo, o Parque Barigui possui em seu lago de 230 mil metros quadrados a função de contenção de cheias e enchentes, regulando a vazão durante os períodos de chuvas. Ele faz parte da política municipal de preservação de fundos de vale. Transformado em parque em 1972, é, hoje, o mais freqüentado pela população, pela sua proximidade com o centro urbano e sua oferta de infra-estrutura, tais como academia, bistrôs, centro de convenções e pavilhão de exposições. Possui três bosques de capão de floresta primária nativa e de floresta secundária, que abrigam uma fauna diversa. Além disso, ajuda na regulagem da qualidade do ar.

Outro exemplo é o cartão postal da cidade, o Jardim Botânico, que alia a questão cultural, com o museu botânico e exposições na estufa, à fundiária, dando um uso a uma área ociosa. Foi inaugurado em outubro de 1991 e funciona como um centro de pesquisa da flora estadual. Mais de 40% dos seus 278 mil metros quadrados correspondem a um remanescente florestal típico da vegetação regional. A estufa de ferro e vidro possui 450 metros quadrados e foi inspirada no Palácio de Cristal de Londres. Incentivar o amor à natureza e sua proteção fazem parte dos os objetivos dos trabalhos do museu.

O conjunto da Pedreira Paulo Leminski e Ópera de Arame, de 103.500 metros quadrados que outrora foi utilizado como pedreira municipal e usina de asfalto, remete ao trabalho de requalificação de áreas degradadas. Além do significado ambiental, tem-se um espaço para a utilização da comunidade, tanto em eventos culturais, como para lazer e passeio. Trata-se de um auditório ao ar livre, com capacidade para até 30 mil pessoas e palco de 480 metros quadrados. O paredão de rocha maciça de 30 metros de altura faz a sua acústica singular. Grandes artistas já encenaram neste espaço, assim como grandes shows já foram promovidos. Em 1992, no festival de teatro da cidade, foi entregue o teatro de estrutura metálica. Possui capacidade para 2.400 espectadores, em meio à cratera de pedreira desativada, rodeado por lagos e cascatas, proporcionando um cenário único.

A política de solo criado também contribuiu para a produção de áreas verdes urbanas. O instrumento de transferência de potencial construtivo proporcionou à administração pública a aquisição de áreas com grande potencial paisagístico e de interesse público para a transformação em parques. O parque Tanguá é um exemplo da utilização deste instrumento. Foi inaugurado em uma área de pedreiras desativadas e topografia acidentada, na porção norte da cidade. Atualmente, representa 235 mil metros quadrados de área de lazer equipada com lagos, pista de corrida, ciclovia, cascatas, mirantes e equipamentos de apoio.

Como resultado da estratégia de aumentar as áreas verdes no território municipal, tem-se que grande parte da população usufrui dos parques e bosques. Prova disso são os números que a administração local apresenta: cerca de 150 mil pessoas freqüentam os parques nos finais de semana. Além disso, registrou-se a elaboração e implementação de planos de manejo para os principais parques, reflexo de um planejamento e preocupação com a manutenção destas áreas. Uma pesquisa realizada em 2002 (CURITIBA, 2005), mostra que 67,1% da população encontra-se satisfeita com as áreas para lazer (incluindo quadras esportivas, parques e bosques) oferecidas pela cidade.

CONCLUSÕES

Apesar da pesquisa de estudo de caso fornecer poucas bases para a generalização científica, verificou-se que a questão mercadológica reflete-se como um importante ponto no planejamento de cidades. As políticas ambientais voltadas para a criação de áreas verdes deste município auxiliaram na construção de sua imagem.

O estudo e análise desta linha de planejamento urbano, o "Urbanismo Ecológico", pode trazer contribuições para as teorias das cidades e da ecologia urbana. A combinação do urbano, muitas vezes tido como ambiente árido, com a ecologia traz uma inovação no estudo das cidades.

A preocupação do município em relação às áreas verdes urbanas, buscando utilizar de forma racional os benefícios da vegetação incorporada no meio urbano, confirma a sua importância para equilibrar as relações da cidade com o seu meio, tanto no âmbito ambiental quanto no competitivo. Afinal, o planejamento municipal deve responder aos desafios atuais de forma a garantir a melhor qualidade de vida aos seus cidadãos, repensando a cidade e formulando estratégias inovadoras para inseri-las num contexto mundial, sem esquecer a questão local. Para tanto, conclui-se que é de fundamental importância a correta utilização das políticas como um instrumento para a concretização do que se planejou para a cidade e para a sua gestão urbana.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Rivail Vanin de. **O Processo de Produção dos Parques e Bosques Públicos de Curitiba**. Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia: Produção do Espaço Urbano). Universidade Federal do Paraná.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1992-1995. 2 v. 1992.

CURITIBA. **Lei nº 9.804**: Institui o Sistema de Unidades de Conservação de Curitiba. 2000.

_____. **Lei nº 7.671** Dispõe sobre a reorganização Administrativa do Poder Executivo do Município de Curitiba e dá outras providências. 1991.

_____. **Avaliação de Políticas Públicas Municipais de Curitiba – 1997 a 2004**: Meio Ambiente. Curitiba, 2005

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. 2ª Edição. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.

FREY, K. **Políticas públicas**: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, v. 21, p. 211-259, 2000.

GUZZO, P. **Áreas Verdes Urbanas**. Disponível em <<http://educar.sc.usp.br/biologia/prociencias/areasverdes.html>>.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Memória de Curitiba Urbana**. Vol. 8. 1992

INSTITUTO de Pesquisa e Planejamento Urbanos de Curitiba. **Curitiba em Dados**. Curitiba, 2005.

JACOBS, Jane. Introdução. In: _____. **Morte e vida de grandes cidades**. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p.1-26.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOPES, Rodrigo. **A Cidade Intencional**: o planejamento estratégico de cidades. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias**: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

MENEZES, Claudino L. **Desenvolvimento urbano e meio ambiente**: a experiência de Curitiba. Campinas: Papirus, 1996.

MILANO, Miguel S. Arborização Urbana. In: UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBINETE. Curso sobre **Arborização Urbana**. Curitiba: 1995.

ODUM, Eugene P. **Fundamentos da Ecologia**. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.

REZENDE, D. A. **Planejamento Estratégico Municipal e suas Relações com as Políticas de Gestão de Cidades e com a Teoria New Public Management**. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA DA ANPAD, 1, 2004, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: EnAPG, 2004.

SANCHÉZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades na virada do século**: agentes, estratégias e escalas de ação política. Revista de Sociologia e Política n° 16. Curitiba, 2001.

SILVA, M. O. S (org). Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA, M.O.S. **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática São Paulo: Veras Editora, 2001.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo, Brasiliense, 1983. p.11-83.

SMOLKA, M. **Velhas novidades na agenda do Banco Mundial para a política urbana nos anos 1990**. In: GONÇALVES, M.F. (org) O novo Brasil Urbano. Porto Alegre, Mercado Aberto 1995.

SPIRN, Anne Whiston. **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. São Paulo: EDUSP, 1995.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria**. IN: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

YIN, Robert. K. **Case Study Research**. Sage Pub., London, 1994

Nota dos Editores

Os artigos publicados em **PAISAGENS EM DEBATE** não refletem opinião ou concordância dos professores da FAU nem da equipe editorial da revista, sendo o conteúdo e a veracidade dos artigos de inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores, inclusive quanto aos direitos autorais de terceiros.

Os autores ao submeterem os artigos a **PAISAGENS EM DEBATE** consentem no direito de uso e publicação dos mesmos por meios eletrônicos e outros pela Área de Paisagem e Ambiente (eventualmente em parcerias com terceiros), com finalidades acadêmicas, de debate e divulgação de informação. Ou seja, os artigos publicados passam a fazer parte do acervo da Área.